

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ALÉM DA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE O SABER CUIDAR

Edilane Frota Vieira¹

Jéssica de Carvalho Freitas²

Eugênia da Silva Pereira³

RESUMO

O presente artigo traz discussões acerca das reflexões acerca da Educação Ambiental, seu histórico, legislações e a importância do saber cuidar na perspectiva de uma educação ambiental crítica e transformadora. Trata-se de um ensaio para as discussões que terão continuidade no Trabalho de Conclusão de Curso. Utilizamos da pesquisa bibliográfica, realizada primeiramente com fichamentos de livros e artigos de revistas sobre o tema. A fundamentação teórica pautou-se nas discussões de Boff (1999;2003), Gadotti (1993), Loureiro (2006), Guimarães (2005), Reigota (1994), Dias (2009), entre outros. Os resultados demonstraram que o desafio atual é o de estabelecer uma educação ambiental crítica e inovadora, voltada à transformação social. Seu enfoque precisa nortear-se em perspectivas holísticas de ação, incluindo o homem e a natureza, de forma contextualizada para que o cuidar, atitude nata do ser humano, reflita nas ações dos mesmos com o ambiente ao seu redor.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Educação crítica. Saber cuidar.

ABSTRACT

This paper presents discussions about the reflections on environmental education, its history, laws and discussions on the importance of knowledge in critical care education and manufacturing. This is a test for the discussions to be continued in the course of completion of work. Use of literature, first performed with fichamentos books and magazine articles on the subject. The theoretical framework was characterized in discussions Boff (1999 and 2003), Gadotti (1993), Loureiro (2006), Guimarães (2005), Reigota (1994) and Dias (2009), among others. The results showed that the current challenge is to establish a critical and innovative environmental education, aimed at social transformation. Your approach must guide in holistic perspectives of action, including man and nature, in order to contextualize the care, cream attitude of the human being, reflects the actions of the same with the environment around you.

KEY WORDS: Environmental Education. Critical education. Watch out.

INTRODUÇÃO

Os indivíduos por questões ligadas a sua sobrevivência, e também ligadas ao consumismo exacerbado, utilizam dos recursos naturais de forma cada vez mais irresponsável, o que desencadeia o processo de aceleração da degradação ambiental. Essas questões dão

¹ Discente do 9º semestre do Curso de Pedagogia, da UNEB Campus XII. edilanefrotagbi@hotmail.com

² Discente do 9º semestre do Curso de Pedagogia, da UNEB Campus XII. jessica.freitas@hotmail.com.br

³ Orientadora. Professora da UNEB CAMPUS XII, Pedagogia pela mesma Universidade, especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela UFMG, especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Guanambi. eniagbi@hotmail.com

margem a questionamentos, haja vista que essas ações vêm colocando em risco o futuro do planeta.

Diante disso, a Educação Ambiental (EA) tem papel inestimável para contribuir no processo de construção de conhecimentos e informações sobre essa relação da sociedade com os recursos naturais e os efeitos dessa para a humanidade. A EA possui uma legislação que garante a compressão do tema de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal de forma transversal e interdisciplinar.

Considerando nossas inquietações acerca da temática, os estudos na disciplina de Educação Ambiental, do curso de Pedagogia, surgiu-nos o interesse em pesquisar sobre o saber cuidar e a relação da EA trabalhada na escola com as atitudes acerca do cuidado com o ambiente. Para tanto, propomos como objetivo geral compreender como a educação ambiental, no contexto escolar, contribuiu e contribui para a formação de funcionários e estudantes dessa instituição enquanto sujeito crítico-político. Buscamos ainda, identificar as percepções desses sujeitos acerca do saber cuidar, de modo a analisar a influência que a educação ambiental formal teve e tem na formação dos mesmos, em relação à consciência ambiental e atuação para além da escola e, por fim, discutir a importância das relações entre o homem e o meio para a construção de uma sociedade sustentável em uma perceptiva crítica.

1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: IDENTIDADE(S) EM CONSTRUÇÃO

Inegavelmente, para que a compreensão do presente seja eficaz, é indispensável que se entenda, antes, o passado. Nesse sentido, Grün (1996) afirma que, em decorrência da hermenêutica (interpretação do sentido das palavras), o passado é um elemento que não deve ser vencido, ultrapassado ou eliminado pelo novo, uma vez que é ele quem fornece a base para compreensão do presente.

Assim, a compreensão da história da Educação Ambiental, bem como a relevância dos acontecimentos históricos das diversas épocas relacionados à mesma, torna-se imprescindível para que se entenda a dimensão da evolução da EA no presente.

Numa análise histórica, é inquestionável a importância da década de 60 na construção da Educação Ambiental, já que nela ocorreram grandes movimentos transformadores na humanidade, como o dos *hippies*, a explosão do feminismo, o pacifismo, a libertação sexual e a “pílula”, as manifestações anti-Guerra Fria e a corrida armamentista-nuclear, etc. Além

disso, em 1962, conforme aponta Dias (1998), Rachel Carson, jornalista, lançou “*Primavera Silenciosa*”, que acabou se tornando um clássico do movimento ambientalista mundial.

No referido livro, a jornalista fez um alerta acerca dos efeitos danosos de ações humanas sobre o meio ambiente, como a perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excessivo de produtos químicos, como também seus posteriores efeitos sobre o meio ambiente como, por exemplo, a utilização dos pesticidas.

Em 1968, com o surgimento do Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido, 30 especialistas de várias áreas se reuniram em Roma para discutir a crise atual e futura da humanidade, em que foi fundado também o “Clube de Roma”, que produziu, em 1972, o relatório “Os Limites do Crescimento Econômico”, documento que denunciou o crescente e exagerado consumo mundial.

A Década de 70 foi marcada pelo importante apoio de políticos, cientistas e entidade relacionada a revista *The Ecologist*, na Grã-Bretanha. A publicação de *A Blueprint for Survival* (*Um Esquema para a Sobrevivência*) foi um marco na Educação Ambiental, já que é considerado, segundo Dias (1998), um documento histórico e clássico que veio propor medidas na direção de se construir um meio ambiente saudável.

No ano seguinte, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo, visando amenizar a problemática do homem versus natureza, tratando de assuntos como a poluição da água, do ar, da terra, além de grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera, destruição e esgotamento de recursos naturais, etc. (Declaração de Estocolmo, 1972). Na mesma Declaração, foi levantada a questão da importância de cidadãos e comunidades, empresas e instituições locais, nacionais e internacionais de todas as nações, adotarem as responsabilidades e participarem equitativamente somando esforços para resgatar, preservar e melhorar o planeta Terra em benefício do homem e da natureza como um todo, hoje e no futuro.

Assim, é nítida a importância da Declaração de Estocolmo para a construção e desenvolvimento da Educação Ambiental. Por meio dela, a Organização das Nações Unidas (ONU), organizou os documentos produzidos e criou um organismo chamado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ou PNUMA, sediado em Nairóbi.

Ainda, em 1975, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, a UNESCO promoveu em Belgrado (Iugoslávia) um Encontro Internacional em Educação

Ambiental. Nele foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, em que foram definidos os princípios orientadores sobre a Educação Ambiental, que deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.

Outro importante fato aconteceu entre 13 a 22 de outubro de 1975. Foi elaborada a Carta de Belgrado, uma estrutura global para a Educação Ambiental que representa um dos documentos mais importantes da década de 70. A sua relevância reside no fato de que tratava de temas como a erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e dominação.

Dessa forma, começou a nascer a consciência de que a juventude deve receber um novo tipo de educação. Por meio da mesma carta, criou-se a Recomendação 96 da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo propondo um Programa Mundial de Educação Ambiental.

Foi apenas na década de 80, segundo Guimarães (1995), que o termo “Educação Ambiental” popularizou-se definitivamente no mundo. E, no ano de 1985, o Parecer 819/85 do MEC, enfatizou a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do Ensino de 1º e 2º grau. Tal fato contribuiu para a formação da consciência ecológica do futuro cidadão, que se propunha criar.

O Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio-ambiente, realizado em 1987 em Moscou, Rússia, foi promovido pela UNESCO, e postulava que a educação e formação ambiental para o decênio de 90 fosse reforçada. Na mesma época, um fato importante foi o ocorrido em Chernobyl, que suscitou grandes discussões em direção à elaboração de novos modos de organizar a sociedade (CASCINO, 2000).

No contexto histórico brasileiro, foi somente em 1988, que a Constituição da República Federativa do Brasil dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente e no Art. 225, Inciso VI, determina ao “Poder Público, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino”, demonstrando assim, passos no caminho do desenvolvimento da Educação Ambiental.

Adécada de 90 mostrou extrema importância na composição histórica da Educação Ambiental no Brasil, especificamente em 1992. Neste ano, aconteceu a Segunda Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no estado do Rio de

Janeiro de 03 a 14 de Junho, onde foi desenvolvido o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, sendo assinada na Jornada Internacional de Educação Ambiental, no Fórum Global paralelo à ECO-92.

A ECO-92 colocou a educação no patamar elevado, considerada como principal instrumento no processo dinâmico e permanente de construção da consciência ambiental e, para isso, somente a educação poderia propiciar reflexão, o debate e sua própria modificação (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, 1992).

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), tem como propostas: os princípios da Educação para Sociedade Sustentáveis e Responsabilidade Global, um Plano de Ação, um Sistema de Coordenação, Monitoramento e Avaliação, além de apontar grupos a serem envolvidos nesta busca pela Educação Ambiental transformadora e os recursos a serem utilizados.

A partir de então, uma nova consciência ambiental começou a se formar de forma mais ativa, pois estava associada a novas ideias, novas referências culturais globais, “novas estratégias na busca de mudanças de formas de convivência e construção de relações sociais e ambientais para um mundo mais equilibrado” (CASCINO, 2000).

Outro acontecimento expressivo para Educação Ambiental no Brasil foi a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) com o tema “Convívio Social, Ética e Meio Ambiente”, em que é inserida e abordada a dimensão ambiental como tema transversal nos currículos do Ensino Fundamental, aparecendo como Meio Ambiente, abrangendo, assim, noções básicas de Meio ambiente, Sustentabilidade e Diversidade em sua composição (BRASIL, 2000).

Já em 1999, é promulgada a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que deveria ser regulamentada após as discussões na Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no CONAMA. A Portaria 1648/99 do MEC criou o Grupo de Trabalho com representantes de todas as suas Secretarias para discutir a regulamentação da Lei nº 9795/99 e o MEC propõem o Programa PCNs em Ação atendendo às solicitações dos Estados.

Recentemente, no ano de 2012, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA, que garantem entre outros princípios, o respeito à diversidade e à pluralidade, a compreensão das relações de totalidade e particularidades.

2 OS PCNs E OS TEMAS TRANSVERSAIS

No ano de 1997, foram divulgados os novos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, desenvolvidos pelo MEC com o objetivo de fornecer orientação aos professores. A proposta era que eles fossem utilizados como ferramenta de apoio às discussões pedagógicas na escola, no planejamento de aulas e projetos, na análise do material didático refletindo sobre a prática educativa, o que foi benéfico na marcha da EA.

Os PCNs estabelecem que alguns temas especiais devem ser discutidos pelo conjunto das disciplinas da escola, não constituindo-se em disciplinas específicas, os quais são denominados de temas transversais: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural, que são propostos visando a discussão de questões sociais relevantes do mundo contemporâneo, apontando para a necessidade de uma visão mais humanitária de ensino, propondo que a escola discuta os problemas que levem a um repensar sobre os valores e princípios da sociedade moderna

Os temas transversais são propostos objetivando o desenvolvimento de uma prática educacional direcionada para a discussão e compreensão dos problemas existentes na realidade social, bem como delegar aos alunos responsabilidades que deverão ter para a construção de um mundo melhor. O volume dos PCNs destinado à apresentação do Meio Ambiente procura apresentar as discussões de modo crítico e contextualizado, sugerindo algumas vezes como o professor poderia estar trabalhando com o aluno este tema.

Ao comparar a proposta dos PCNs com a realidade concreta vivenciada nas escolas públicas, é perceptível que inúmeros são os limites e desafios postos para a efetivação de tal proposta, e a partir de então surge reflexões, acerca do legal e do vivido existentes para a implementação dos temas transversais de um modo geral.

Neste sentido, a construção desse ambiente educativo de forma transversal torna-se necessária em um cenário em que a destruição do meio ambiente ocorre de maneira acelerada e inconsequente.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL: DO LEGAL AO REAL

Mesmo sendo versada no Brasil desde a década de 50, de ser elemento de Conferências Internacionais desde 1975, e de fazer parte de Resolução do Conselho Federal de Educação, em 1987, a Educação Ambiental é transformada em lei, assim tornar-se exercício oficial por parte de todos as esferas da sociedade.

Sancionada em 27 de abril de 1999, a Lei Federal Nº 9.795, estabelece a "Política Nacional de Educação Ambiental", é considerada a mais recente e a mais importante lei para a Educação Ambiental. Conforme a lei, nas escolas, a educação ambiental deverá estar presente em todos os níveis de ensino, como tema transversal, sem constituir disciplina específica, como uma prática educativa integrada, envolvendo todos os professores, que deverão ser treinados para incluir o tema nos diversos assuntos tratados em sala de aula.

Diante do exposto, o fato do Poder Público ter o encargo e criado leis, devido à reivindicação por parte de minoria engajada no problema, que reivindica e conseguem que ao menos sejam legalizadas mesmo que não cumpridas, não exclui a participação da comunidade nesse processo, pois ela deve ser transformada em cúmplice efetiva na elevação da ação educativa e na formação da consciência da sociedade em favor do cuidado ambiental para os contemporâneos e as futuras gerações. Dias (2010) afirma que, para a reversão dessa situação, são necessários esforços em muitas áreas, além da educacional. Esta situação é fractal, transcende o Brasil e espalha-se pelas emersas da Terra. Poucas sociedades estão compreendendo o que está acontecendo. Um mundo repleto de sociedades que consomem mais do que são capazes de produzir e mais do que o planeta pode sustentar “é uma impossibilidade ecológica”.

3 EDUCAÇÃO CRÍTICA EM BUSCA DO SABER CUIDAR

Após as discussões feitas acerca da história, marcos legais e o papel da Educação Ambiental cabe fazer algumas reflexões como essa temática, tratada nas escolas e como as práticas são vivenciadas no cotidiano das pessoas. As práticas educativas em EA devem apontar para propostas pedagógicas centradas na mudança de hábitos, atitudes e práticas sociais, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos.

Na visão de Chalita (2002, p. 34), a educação constitui importante ferramenta de intervenção no mundo para a construção de novos conceitos e conseqüente mudança de hábitos. É também o instrumento de construção do conhecimento e a forma com que todo o desenvolvimento intelectual conquistado é passado de uma geração a outra, permitindo, assim, a máxima comprovada de cada geração que avança um passo em relação à anterior no campo do conhecimento científico e geral.

O autor acima se refere à educação idealizada, não está se referindo à educação vigente, isto é, não se refere à educação “que exclui, que dá prêmio aos melhores alunos e aponta os piores para que sirvam de modelo, que homogeneiza o ensino” mas, sim, a uma “educação holística, uma educação que estimule o senso crítico, que estimule métodos e traga à tona discussões, que desperte os interesses dos alunos” (CHALITA, 2002). A Educação Ambiental constitui-se como uma estratégia para que se alcance as mudanças desejadas na atual educação.

A Educação Ambiental tem assumido nos últimos tempos um comprometimento na construção de uma sociedade sustentável, que se promove na relação com o Planeta e seus recursos, valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade (CARVALHO, 2006).

Em nosso cotidiano, nas notícias dos jornais e cenas que, muitas vezes, temos o desprazer de presenciar, percebemos que tais valores parecem esquecidos, ou até pensamos que não existem. Neste sentido, Boff (1999) nos chama atenção pela falta de cuidado do ser humano. Uma das preocupações do autor é a crise que afeta a humanidade pela falta de cuidado. Para sair desta crise, segundo o autor, precisamos de uma nova ética, e ela deve nascer de algo essencial ao ser humano, reside mais no cuidado do que na razão e na vontade.

Como parte de um todo, somos responsáveis pela degradação ou cuidado com o planeta. Importante salientar que não estamos embasados em um discurso vazio que aponta o homem como o grande adversário da natureza, é necessário criticidade para analisar a grande crise ambiental e não apenas apontar culpados. Essa dissociação entre os aspectos biológicos/ecológicos e os aspectos políticos e sociais da crise ambiental é um dos argumentos centrais da Educação Ambiental crítica que, partindo de outro diagnóstico, destacava o caráter estrutural e civilizatório da crise ambiental e a necessidade de respostas transformadoras tanto políticas quanto éticas da questão. Os impactos ecológicos eram apenas os efeitos de causas

muito mais profundas que indicavam a degeneração de todo um modelo civilizatório baseado em opções políticas e valorativas predatórias e nocivas à vida social e natural.

A Educação Ambiental Crítica reconhecida também por outras denominações, tais como educação ambiental transformadora, emancipatória ou popular vem se consolidando como alternativa à uma educação ambiental hegemônica, esta que não acrescenta mudanças paradigmáticas significativas às transformações necessárias à sociedade do século XXI.

Observa-se que analisada sob uma perspectiva de transformação da sociedade, a educação ambiental crítica é a que supomos ter mais força no que se propõe, pois visa analisar os problemas socioambientais em sua raiz, livre de análises reducionistas ou tendências predominantemente ideológicas do sistema dominante, comumente encontrada nos projetos e práticas de educação ambiental cotidianamente realizados nas escolas, comunidades, unidades de conservação, meios de comunicação, empresas, etc.

Refletir sobre a complexidade ambiental abre um estimulante espaço para compreender os fatores sociais para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais que prevalecem, isto implica uma mudança na forma de pensar, uma transformação no conhecimento e nas práticas educativas.

A educação tradicional se mostra pouco eficaz, pois não parte dessa problemática de mudança e quebra de paradigmas. O que falta à educação ambiental conservadora é uma reflexão sobre a sua própria prática, na maioria das vezes, esta se limita a iniciativas estereotipadas, práticas descontextualizadas da realidade socioambiental em questão.

Essa prática descontextualizada traz pouca representatividade na vida dos educandos, o que ocasiona no afastamento e “adversidade” na relação homem X natureza, o que desconstrói o sentido do cuidado, pois a natureza torna-se algo de pouco valor. Boff (1999, p.91) afirma que “o cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para mim. Passo então a dedicar-me a ele; disponho-me a participar de ser destino, de suas buscas, de seus sofrimentos e de seus sucessos, enfim, de sua vida”. Provavelmente esse distanciamento que as práticas da EA conservadora propõe justifique tamanha falta de cuidado com o planeta.

Outro aspecto é que os atores envolvidos no processo, nem sempre estão capacitados a entender criticamente as variadas dimensões que envolvem os problemas socioambientais, levando a EA a um conjunto de práticas, pouco críticas, que não questionam as verdadeiras raízes do problema. O conhecimento tem mais valor quando construído coletivamente porque repartimos o que sabemos e aprendemos com o que os outros repartem conosco. É com esta construção coletiva que o ensino deve se preocupar mais (YUS, 2002).

A tendência crítica, transformadora e emancipatória de educação ambiental, de acordo com Lima (2002) e Loureiro (2004), é caracterizada como atitude reflexiva diante dos desafios. A educação ambiental crítica está pautada num entendimento mais amplo do exercício da participação social e da cidadania, como prática indispensável à democracia e à emancipação socioambiental.

Essa criticidade é alcançada quando a visão antropocentrista é desconstruída, e nos sentimos não apenas habitantes do planeta Terra e sim Terra também, como ressalta Boff:

(...) pertencemos à Terra; somos filhos e filhas da Terra; somos Terra. Daí que homem vem de húmus. Viemos da Terra e a ela voltaremos. A Terra não está à nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Temos a Terra dentro de nós. Somos a própria Terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, de compreensão, de vontade, de responsabilidade e de veneração. Numa palavra: somos a Terra no seu momento de auto-realização e de autoconsciência. (BOFF, 1999, p. 72).

A partir da visão de Boff, com a concepção de sentir-se Terra para então cuidar da mesma é possível perceber, através do que foi exposto, que a Educação Ambiental é um caminho possível para mudar atitudes e, por consequência, o mundo, permitindo ao aluno e ao sujeito construir uma nova forma de compreender a realidade na qual vive, estimulando a consciência ambiental e a cidadania, numa cultura ética, de paz, de solidariedade, de liberdade, de parceria e partilha do bem-comum, da habilidade, da delicadeza e do bom senso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos neste artigo compreender quais os caminhos que Educação Ambiental percorreu para chegar até a transversalidade e relevância que tem hoje na educação e, ainda, as contribuições que a mesma traz para os sujeitos, quando construída de forma crítica sob ótica do cuidado.

Conforme sinalizado anteriormente, o presente artigo se apresenta como as reflexões iniciais do Trabalho de Conclusão de Curso em andamento e foi construído à luz de referencial teórico. Portanto, alguns dos objetivos se estendem para além da discussão teórica aqui apresentada. Outros objetivos foram alcançados, trazendo-nos reflexões acerca da compreensão sobre a perspectiva crítica da educação ambiental, e da necessidade de ações pedagógicas que superem a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os educandos com a causa ambiental. Ações essas que predominam, por exemplo, no cotidiano escolar, muitas vezes, sendo trabalhado isoladamente o aspecto cognitivo do afetivo no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, superar essa tendência não significa negá-las, mas apropriá-las ao contexto crítico que pretendemos no processo educativo.

A Educação Ambiental, como ferramenta para a reflexão sobre a complexidade ambiental, permite examinar valores e percepções que movem as práticas sociais correntes, a fim de mudar a forma de pensar e transformar o conhecimento e as atitudes das pessoas através de práticas educativas.

O desafio atual é o de estabelecer uma educação ambiental crítica e inovadora, voltada à transformação social. Seu enfoque precisa nortear-se em perspectivas holísticas de ação, incluindo o homem e a natureza. Deve compreender que os recursos naturais são finitos e o principal responsável pela sua degradação é o próprio ser humano.

Para se desenvolver sustentavelmente é imprescindível educar a população sobre as relações com a natureza. A humanidade sobrevive graças aos recursos providos por ela. Ao degradar o próprio ambiente em que se vive e de onde se retira tudo, apenas se afeta e prejudica ainda mais a própria existência humana. Este é um motivo e tanto para mudar o pensamento sobre como utilizar os recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra.** 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais/Secretaria da Educação Fundamental.** 2. ed, Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde/Secretaria da Educação Fundamental.** 2. ed, Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012**, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. DOU nº 116, Seção 1, págs. 70-71 de 18/06/2012.

_____. **Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1999.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental**: princípios, história, formação de professores. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002.

Dias, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Global, 1998.

GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental**: A conexão necessária. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental**: estudo de caso. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 5.ed. Campinas: Papyrus, 1995.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental crítica**. In: Identidades da educação ambiental brasileira. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe PomierLayrargues (coord.). Brasília: MMA, p. 25-34, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo, Cortez, 2004.

UNESCO, Documentos históricos: **Carta de Belgrado**: Uma estrutura para a Educação Ambiental, 1975. Declaração de Estocolmo, 1972.

YUS, R. **Educação integral**: uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.